Lei sobre PI de I&D; com financiamento público e NIPMO da África do Sul — Mandato nacional para gabinetes universitários de transferência de tecnologia

City Innovation Library · Boa prática · África do Sul

Pontuação de qualidade: 57/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

A Lei de PI de 2008 obrigou universidades e conselhos científicos públicos sul-africanos a ter gabinetes de transferência de tecnologia sob o NIPMO. As licenças anuais quadruplicaram e surgiram 45 start-ups até 2014, mas 88% das receitas foram para quatro instituições.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Evidence of impact / measured results	2/3
Transferability / demonstrated replication	1/3
Scalability	2/3
Sustainability / continuity	2/3
Innovation	1/3
Inclusiveness / equity	2/3
Multi-stakeholder collaboration	2/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

C-NAPSE web research — acedido a 2026-11-23

National Intellectual Property Management Office (NIPMO), Department of Science and Innovation — acedido a 2026-11-23

Mail & Guardian — Findings of South Africa's first national IP and tech-transfer survey (2017) — acedido a 2026-11-23

Intellectual Property Watch — Law boosts awareness of patents from research institutions in South Africa (2015) — acedido a 2026-11-23

South African Government — IPR from Publicly Financed R&D; Act 51 of 2008 — acedido a 2026-11-23

WIPO Lex — Act 51 of 2008 text — acedido a 2026-11-23

Citar — Evidoria. *Lei sobre PI de I&D; com financiamento público e NIPMO da África do Sul — Mandato nacional para gabinetes universitários de transferência de tecnologia*. ID persistente: b95d3965-7b6b-40c8-9e0c-b3f439e1c2f5.